

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO MÊS ABRIL DE 2023 DO CEDM/PR

Aos quatro dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, as quatorze horas e quinze minutos, no formato presencial na Sala de Situação da SEPL no 4º andar do Palácio das Araucárias sito a Rua Jacy Loureiro s/n e por web conferência pelo Link: meet.google.com/pza-axtv-wnx; estavam presentes as **Conselheiras Representantes Governamentais**: Titular: Mariana de Souza Machado Neris - Casa Civil, Suplente: Larissa Marsolik - Casa Civil; Titular: Priscila Pacheco dos Santos - SEEC; Titular: Jussara Fátima Ribeiro - SEAB; Suplente: Kharin Bevervanso - SEAB; Titular: Liza Marie Fortes - SETR; Titular: Carolina Bolfe Poliquesi – SESA; Suplente: Carla Konieczniak Aguiar - SESA; Titular Natália Becchi Borcatto - SEPL; Suplente: Elisangela Rocha - SEPL; Titular: Marcia de Oliveira Amorin - SECID; Suplente: Kamila Conte Kunz - SECID; Titular: Alcileny Adriana da Cunha Artigas - SESP; Andreia Sanson Corat – SEJU; **Conselheiras Representantes da Sociedade Civil**: Titular: Maria Isabel Pereira Corrêa – UBM/PR; Suplente: Fernanda Queiroz - FM/PR; Titular: Margleyse Adriana dos Santos – APP/PR; Suplente: Marcia Aparecida de Oliveira Neves - APP/PR; Titular: Carmen Regina Ribeiro - RFS/PR; Titular: Margarete Lopes lung - LGBTQIAPN+; Suplente: Benedita Isabel dos Santos - CUT/PR; Titular: Ivanete Paulino Xavier - RMN/PR; Titular: Rosalina Batista – ASSEMPA/PR; Suplente: Silvana Rausis Fcachenco - ASSEMPA/PR; Titular: Terezinha Andrade Possebom - HUMSOL/PR; Titular: Tania Cristina de Castro Ribeiro - CIAF/PR; Titular: Isabela Candeloro Campoi - UNESPAR; **Colaboradores e Convidados**: Leonardo Pelegrin de Almeida; Walkiria Mazeto; Vanda Santana; Mariana Nunes; Joseli Colaço; Clemilda Santiago Neto; Leandre Dal Ponte; Cloara Pinheiro; Alessandra Abraão; Ana Paula Gorgen; Diego Buligon; Thalia da Luz; Luana Portela; Larissa Sayuri; Ana Olimpia; Sionara de Paula; Fernanda Heberle; Gilson de Souza; Giziane Rodrigues; Claudia Estorilio; Wendy Moreira de Lima; Kelly Letchakowski; item um; **1) Boas vindas da Presidente**: A Presidente Interina Maria Isabel Pereira Corrêa deseja a todas uma boa tarde, dá boas vindas, anuncia que já tem as Conselheiras Representantes Governamentais nomeadas, que nesse momento irão dar posse a nova Presidência desse Conselho, pede para que a Conselheira Carolina Poliquesi representante da SESA-Secretaria de Estado da Saúde faça a apresentação da nova Presidente lendo o currículo dela, Carolina deseja uma boa tarde a todas e inicia a sua fala dizendo que irá apresentar um pouco do currículo da Mariana, que tem certeza que é bem mais amplo, mas irão falar mais dos conhecimentos técnicos, fala que Mariana de Souza Machado Neris é Assistente Social especialista em gestão pública, mestre em saúde pública pela Fundação Oswaldo Cruz e IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, desenvolveu pesquisas na área de Seguridade Social e Família, Primeira Infância, Envelhecimento e diversas outras temáticas em políticas sociais, é professora e servidora pública do quadro do Governo Federal há quase duas décadas, tendo exercido diversas funções de Coordenação, Assessoramento, Diretoria e ocupado a Secretaria Nacional de Assistência Social de 2019 a 2020, já participou de diversos Conselhos Nacionais tais como, Conselho Nacional da Saúde, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Conselho Nacional de Direitos Humanos, Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Conselho Nacional de Desenvolvimento da Amazônia, foi Presidente do Conselho Nacional de Combate a Discriminação, de 2021 a 2022 foi Secretária Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e atualmente está cedida ao Governo do Estado do Paraná como Diretora de Políticas Públicas para Mulheres da Secretaria de Estado da Mulher e Igualdade Racial, Maria Isabel cumprimenta a nova Presidente, que ela seja bem vinda, deseja sucesso, que esse Conselho possa usufruir tudo o que ela tem a apresentar e passa a palavra para ela, Mariana cumprimenta todas as Conselheiras desejando uma boa tarde, agradece humildemente todas as referências feitas e mensagens de votos de sucesso nessa jornada, fala que em nome do Governo do Estado do Paraná quer agradecer a Secretária Leandre Dal Ponte por confiar a ela essa missão de estar a frente da Diretoria de Políticas Públicas para Mulheres, agradecer a Larissa que é sua Conselheira Suplente, não só a Larissa mas toda equipe de servidoras que integram a Secretaria da Mulher, agradece também as demais Conselheiras que representam o Governo do Estado pela confiança e pela interlocução que farão continuamente até o término desse

63 mandato, em virtude desse processo democrático e de participação que se alterna nesse
64 momento, agradecer a Maria Isabel que assumiu a Presidência Interina desde que fizeram a
65 transição, a parabeniza pelo seu trabalho, pela sua liderança e diz que ela sempre será a líder,
66 a referência de caminhada, em nome da Maria Isabel cumprimenta todas as representantes da
67 Sociedade Civil que participam desse Conselho que sem dúvida fazem desse lugar um espaço
68 de crescimento pessoal e também de crescimento do avanço da pauta da política que
69 defendem, fala que de fato o compromisso dela nesse Conselho é pelo diálogo, não só um
70 diálogo que se esvai nas atas de reunião, mas um diálogo que se transforma em ações
71 concretas para que consigam proteger e avançar na pauta de promoção e garantia dos direitos
72 das mulheres, mesmo que venham divergir tecnicamente ou politicamente em algum momento,
73 que seja um espaço respeitoso, solidário, em que possam estender a mão e possam acolher
74 alguma situação que no momento não compreendam mas possam avançar em um ambiente de
75 maturidade e respeito, se querem a mudança de uma estrutura de sociedade, então que
76 consigam emplacar o respeito, portanto deseja que o ambiente da caminhada delas seja um
77 ambiente de respeito mútuo, de construção conjunta, de um colegiado que de fato deixe uma
78 marca na garantia dos direitos e na defesa dos direitos que já conquistaram, que todas as
79 vezes que se reunirem possam celebrar o fato de serem mulheres, de estarem trabalhando em
80 torno de uma pauta e estarem ali para fazer a referência em relação a essa pauta, vai
81 finalizando a sua fala cumprimentando a Deputada Estadual Cloara Pinheiro que está presente
82 e veio abrilhantar essa reunião, que é uma honra recebê-la, que ela seja muito bem vinda, fala
83 também que antes de avançar para a próxima pauta gostaria de apresentar a nova Secretária
84 Executiva desse Conselho Maria Letícia Acurio Zavala Dellê e agradecer a Sandra Cristina Hey
85 Paizani que deu apoio e sequência aos procedimentos na última reunião desse Conselho, fala
86 que Maria Letícia é Engenheira de Alimentos, está há doze anos na carreira pública exercendo
87 várias funções em políticas públicas, já secretariou dois Conselhos importantes, o Conselho da
88 Criança e do Adolescente e o Conselho do Idoso, então hoje com essa vivência estará nesse
89 Conselho para secretariar, ajudando a avançar com os procedimentos burocráticos, trazer as
90 Conselheiras presencialmente nas próximas reuniões e fazer caminhar cada uma das Câmaras
91 técnicas e Comissões, Maria Isabel dá as boas vindas a Maria Letícia, agradece a Sandra por
92 ter estado com elas nesse período de transição mesmo não sendo mais a Secretária Executiva
93 e dá as boas vindas a Deputada Estadual Cloara que é Procuradora da Alep-Assembleia
94 Legislativa do Paraná e que tão gentilmente veio visitá-las, a Presidente Mariana considera
95 aberta a reunião e passa para o ponto de pauta; item dois; **2) Apreciação e Aprovação da**
96 **Pauta:** A Conselheira Rosalina Batista fala que a pauta da maternidade de Londrina não
97 deveria ser só um relato da reunião da Comissão de Saúde que ocorreu no mês de março, mas
98 sim uma pauta completa que foi encaminhamento dado na última reunião, Maria Isabel explica
99 que o encaminhamento dado foi de fazer a reunião da Comissão de Saúde para aprofundar o
100 assunto e após os encaminhamentos de ofícios deliberados nessa reunião da Comissão e
101 desenrolar dos mesmos, trazer a pauta para reunião ordinária, Rosalina pergunta se os ofícios
102 foram todos enviados e se foram obtidas respostas, Maria Isabel fala que pelo que sabe os
103 ofícios foram enviados, porém não obtiveram respostas, então faz agora o encaminhamento
104 para colocar a pauta Instalações do setor Maternidade e Pronto-Socorro Obstétrico do Hospital
105 Universitário da Universidade Estadual de Londrina na próxima reunião ordinária desse
106 Conselho, Rosalina e todas concordam, sendo assim a pauta foi aprovada; item três; **3)**
107 **Aprovação da Ata de Março:** Ata aprovada pelas presentes; item quatro; **4) Informes da**
108 **Secretaria Executiva:** A Secretária Executiva Maria Letícia deseja uma boa tarde a todas,
109 inicia os informes falando que desde o dia 27 de março o cartão corporativo já foi
110 disponibilizado para fazer a senha no banco e até o momento tem pendências de algumas
111 Conselheiras que ainda não fizeram a senha, então gostaria de pedir para que fossem fazer o
112 quanto antes para que se possa realizar a próxima reunião na forma presencial com todas as
113 Conselheiras, com relação a nomeação das Conselheiras Governamentais fala que ainda tem
114 alguns decretos que não saíram as nomeações, mas estão todos encaminhados e aguardando
115 a nomeação, fala que leu com atenção o regimento interno do Conselho e observou o item que
116 prevê que se tenham as Comissões Permanentes do Conselho para discutir os assuntos
117 nessas Comissões e depois trazer os encaminhamentos das mesmas para a plenária, para a
118 aprovação ou não, então gostaria de sugerir, se a Presidente concordar, que na próxima
119 reunião pudesse trazer quais são essas Comissões e já pudessem fazer a divisão das
120 Conselheiras nas Comissões que quisessem participar, diz que tem cinco Comissões previstas
121 em regimento, Comissão de Trabalho e Autonomia, Comissão de Comunicação, Mobilização e
122 Acompanhamento dos Conselhos Municipais, Comissão de Planejamento e Orçamento,

125 Comissão de Legislação e Normas e Comissão de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher,
126 fala que a proposta seria encaminhar os assuntos pertinentes para serem discutidos em
127 Comissão para que esses assuntos já venham mais esmiuçados para essa plenária, a
128 Presidente Mariana deixa esse encaminhamento de comunicação a todas as áreas do Governo
129 para confirmar as representações, também serão encaminhadas essas Comissões para
130 manifestação de interesse, sabendo que isso não é a garantia de que a Conselheira vai estar
131 em determinada Comissão, o pleno que é soberano fará essa validação e na sequência pode
132 se definir os calendários que serão realizadas as reuniões das Comissões, fala também que
133 gostaria de sugerir que a próxima reunião ordinária seja uma reunião de dia inteiro, no período
134 da manhã e também no período da tarde, para que no período da manhã já possam fazer a
135 validação das Comissões, Maria Isabel pede a palavra e diz que as reuniões de Comissão são
136 bem difíceis de fazer, já tentaram e pela agenda de cada Conselheira, muitas nunca puderam
137 comparecer a essas reuniões, mas que pode se tentar novamente e se não der certo então
138 pensar de que outra maneira fazer, mas pensar na possibilidade de deixar as reuniões de
139 Comissão híbridas, presencial e virtual, o que facilitaria as Comissões se reunirem, a
140 Conselheira Rosalina pede a palavra e fala que não gostaria que houvesse uma imposição de
141 ter que trabalhar em determinada Comissão porque ela tem trabalhado em determinadas áreas
142 de atuação da política pública e não terá afinidade em outras áreas, Larissa recém nomeada
143 como Conselheira Suplente representante da Casa Civil pede a palavra, deseja uma boa tarde
144 a todas e fala que devido a transição, desmembramento das Secretarias foi feito todo um
145 trabalho com indicações de cada Secretaria de Estado para Conselheiras Governamentais,
146 novas conselheiras ou manutenção das mesmas, portanto também é necessária uma
147 reorganização das Comissões, diz que não haverá nenhuma imposição como a Conselheira
148 Rosalina colocou, não vai ser imposto quem vai compor as Comissões, vai ser trazido para o
149 pleno e a Presidente e Vice presidente vão conduzir somente para validar esse processo de
150 composição das Comissões, tudo de maneira extremamente democrática e transparente, para
151 poder compor as mesmas com bastante qualidade técnica trazendo as referências temáticas
152 para cada Comissão, com representantes da Sociedade Civil e Governamental, Maria Letícia
153 continua com os informes dizendo que pelo regimento interno observou que o mandato das
154 representantes da Sociedade Civil se encerra em outubro desse ano e o Conselho deve
155 convocar nova eleição com prazo de 120 dias de antecedência, então também precisa se
156 compor uma Comissão desse Conselho para tratar dessa questão da eleição e gostaria de
157 deixar isso registrado como um ponto de pauta para a próxima reunião, fala também que trouxe
158 a lista dos ofícios encaminhados pela secretaria executiva, ofícios de número 7 a 19
159 encaminhados aos Secretários de Estado das pastas que compõem o Conselho, solicitando as
160 indicações das representantes titular e suplente, dos quais já estão retornando as nomeações,
161 ofícios de número 20 a 22 referentes ao caso de agressão de um desembargador e que foram
162 encaminhados ao TJ-Tribunal de Justiça, ao CNJ-Conselho Nacional de Justiça e a CEVID-
163 Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica, sendo que foi obtido
164 retorno do ofício da CEVID informando que dentro dos limites de suas competências procedeu
165 abertura de expediente interno com vistas ao encaminhamento do ofício do Conselho a
166 Presidente da Corte para ciência e eventuais providências que julgue pertinentes, obtido
167 também retorno do ofício do CNJ informando que o ofício foi encaminhado a Corregedoria
168 Nacional do CNJ e ao Coordenador do grupo de trabalho do CNJ para elaboração de estudos e
169 propostas visando o combate a violência doméstica e familiar contra a mulher, ofícios de
170 número 23 a 29 referentes a carta de apoio a implantação da maternidade de alto risco no
171 Hospital Universitário de Londrina e que foram encaminhados ao Conselho Estadual da
172 Saúde/PR, ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Londrina, a Assembleia
173 Legislativa/PR, a Secretaria de Estado da Mulher e Igualdade Racial, a Secretaria de Estado da
174 Saúde, Secretaria de Estado, da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e para a Universidade
175 Estadual de Londrina, dos quais não foram obtidos retornos, também foi recebido ofício da
176 RMN-Rede de Mulheres Negras/PR solicitando a substituição de suplência, finaliza dizendo que
177 seriam esses os informes da secretaria executiva, a presidente Mariana agradece e passa para
178 o próximo ponto da pauta; item cinco; **5) Informes da Secretaria de Estado da Mulher e**
179 **Igualdade Racial – SEMI;** A Presidente Mariana fala que gostaria de registrar a presença do
180 Diretor Geral de Política para Mulheres e Igualdade Racial, Dr. Diego Buligon, que está nessa
181 reunião de hoje para apresentar os informes sobre o Fundo Estadual dos Direitos da Mulher e
182 passa a palavra, Diego deseja uma boa tarde a todas, fala que o Fundo Estadual dos Direitos
183 da Mulher foi recentemente aprovado no dia 21 de março de 2023 pela lei estadual de número
184 21.370, essa lei ficou bem “enxuta” no sentido das previsões, justamente buscando que boa

187 parte da operacionalização do fundo ficasse para deliberação e regulamentação por decreto
188 facilitando posteriormente eventuais alterações necessárias para melhor utilização dos
189 recursos, diz que não foi uma lei específica para a criação de um fundo, ela alterou a própria lei
190 do Conselho, então dentro dessa lei do Conselho de número 17.504 do ano de 2013 foram
191 adicionados dispositivos que trouxeram a regulamentação do Fundo Estadual dos Direitos da
192 Mulher trazendo a natureza jurídica, parte da competência do próprio Conselho, regulação
193 quanto a administração da Secretaria da Mulher e Igualdade Racial e as fontes de recursos, em
194 relação as fontes de recursos ficaram previstas sete fontes para o Conselho, sendo elas, as
195 dotações consignadas do próprio orçamento do Estado do Paraná, situação essa que a
196 Secretária Leandre vai demandar junto ao Governo do Estado recursos que vem diretamente do
197 orçamento, tais como doações, contribuições, dinheiro, valores, bens, também recursos
198 provenientes das parcerias, convênios, contratos e demais instrumentos até mesmo de ordem
199 Federal pois é bem possível se obter recurso junto ao Ministério da Mulher, fala que na
200 Secretaria da Mulher tem pessoas expertises no assunto de captação de recursos de empresas
201 privadas, ou seja, de entidades, de multinacionais, de autarquias, fala que com relação aos
202 rendimentos conseguiram incluir o Fundo da Mulher dentre as três possibilidades de destinação
203 dos recursos da LOTEPAR - Loterias Paraná, através de uma demanda da Secretária Leandre
204 junto a Casa Civil, esse percentual de recurso ainda vai ser definido posteriormente por decreto
205 do poder executivo, diz que com relação aos recursos do FECOP - Fundo Estadual de Combate
206 a Pobreza o qual agrega um valor bem considerável decorrente das estatais, que a própria
207 presidência desse Conselho vai solicitar ao Conselho do FECOP a destinação de fundos para o
208 fundo da mulher também, pois o mesmo é muito vultoso e existe a possibilidade de se angariar
209 muito recurso para poder trabalhar, fala que a Secretária Leandre fez reuniões com a SESP -
210 Secretaria de Estado da Segurança Pública a qual tem o FUNPEN - Fundo Penitenciário do
211 Paraná e que também pode destinar recursos para integrar o fundo da mulher na parte de
212 violência contra a mulher, continua os informes dizendo que então foi feita a aprovação do
213 fundo e agora se está na fase de regulamentação, que a Secretaria está através da supervisão
214 dele elaborando a minuta do decreto que regulamenta o fundo, que nessa regulamentação já
215 irão trazer algumas questões operacionais do fundo, tais como, a previsão de recursos para o
216 banco de projetos, que quem vai trazer a pauta de banco de projetos, regulação, será esse
217 Conselho ou seja, o Conselho vai apresentar projetos para deliberação, fala agora sobre a
218 questão da possibilidade de repasse “fundo a fundo” que é uma demanda muito importante para
219 que os recursos cheguem de modo mais prático aos Municípios, tendo as atividades e as ações
220 definidas para que haja a possibilidade desse Conselho deliberar sobre o repasse de recursos
221 direto aos fundos Municipais, então fala que essa regulamentação que está sendo elaborada
222 vai tratar das competências do órgão gestor, das aplicações de recursos, das previsões de
223 repasse, dos bancos de projetos, diz que gostaria de citar que a Assembleia Legislativa do
224 Paraná através do seu Presidente já informou que irá doar dois milhões de reais de recursos
225 para o fundo da mulher, ressalta que a criação desse fundo foi uma busca da Secretaria como
226 uma demanda de fato política mas, se esse fundo foi possível de se concretizar nesse curto
227 espaço de tempo de criação da Secretaria da Mulher foi porque esse Conselho ao longo dos
228 últimos dez anos, desde a sua constituição, tem batalhado por isso, um trabalho histórico que
229 esse Conselho desenvolveu para que se chegasse a essa conquista e finaliza dizendo que o
230 CNPJ do fundo já foi promovido, que no momento só estão no aguardo da conclusão da
231 regulamentação para que seja encaminhada a Casa Civil para análise e publicação, a
232 Presidente Mariana agradece e abre para as considerações e dúvidas, a Conselheira Rosalina
233 pede a palavra, parabeniza a apresentação do diretor Diego, fala que é um momento muito
234 especial principalmente para elas que são da Sociedade Civil pois há muitos anos esperam pela
235 criação da Secretaria da Mulher e Fundo Estadual dos Direitos da Mulher, que gostaria de
236 parabenizar também a Diretora Mariana e toda a sua equipe e pergunta se os Conselhos
237 Municipais que já possuem o fundo mas ainda não tem o recurso como é o caso de Londrina,
238 se no momento em que o Conselho Estadual receber o recurso já vai repassar para o Conselho
239 Municipal de Londrina, Diego responde que se o Conselho de Londrina deliberar pela
240 transferência, dentro da regulamentação para repasse “fundo a fundo”, deliberando
241 determinada ação pleiteada no Município não há nenhuma vedação para que se faça o repasse
242 para utilização desse recurso aos fundos que já estão constituídos, então não vai haver a
243 necessidade de aguardar que todos os Conselhos Municipais tenham fundo constituído, a
244 Presidente Mariana pede a palavra e diz que o Fundo Estadual dos Direitos da Mulher sem
245 dúvida nenhuma é um grande avanço na área da política de garantia de direitos das mulheres,
246 fala da frase que a Secretária Leandre citou logo que chegou na Secretaria que diz, “o lugar da

249 mulher é no orçamento”, então que esse Conselho esteja nas decisões relacionadas a aquilo
250 que deve ser implementado ou que deve ser proposto como gasto público, para definir, decidir
251 sobre o lugar do gasto, fala que agora se tem a oportunidade de desburocratizar, regulamentar,
252 e que a operação “fundo a fundo” é muito mais ágil, muito mais fácil de poder tornar um
253 financiamento regular e automático como algumas políticas públicas já dispõem, fala que o
254 primeiro desafio desse Conselho é que se possa cobrar das autoridades, dos prefeitos nos
255 Conselhos Municipais, cobrar das estruturas governamentais a destinação dessas fontes de
256 recursos que estão previstas em lei, tais como FECOP, FUNPEN e outras fontes que já estão
257 chegando do próprio sistema de justiça, das multas aplicadas aos infratores e também que esse
258 Conselho possa fiscalizar o gasto, ver de fato se a aplicação desses recursos foi praticada nas
259 ações voltadas as políticas para mulheres, diz que gostaria de deixar registrado o quanto o
260 diretor Diego se dedicou nessa pauta, que de forma continuada ele e a Secretária Leandre
261 trabalharam muito para que se conquistasse ainda nesse primeiro mês a pauta do Fundo,
262 devido a compreensão da importância dessa temática, fala que gostaria de fazer o
263 reconhecimento histórico de todos os movimentos sociais que as precederam, em batalhar e
264 colocar como pauta prioritária o fundo, reconhecer também a existência dessa pauta no fórum
265 de gestoras de políticas para mulheres, diz que o Conselho tem ainda como desafio fazer
266 cumprir as demais deliberações, não só de Conferências, não só dos Conselhos mas também
267 do que está previsto no Plano Estadual de Políticas para a Mulher, do compromisso de
268 financiamento regular e automático desse Plano que está vigente até o ano de 2025, então
269 devem estar atentas ao que se tem do passado, ao reconhecimento do legado herdado e as
270 inovações almejadas, finaliza dizendo para Diego que ele esteja sempre convidado a participar
271 das reuniões desse Conselho para trazer as novidades sobre as regulamentações e ou os
272 avanços dessa pauta do Fundo, agradece pelo seu empenho pessoal e institucional que
273 permitiu alcançar esse direito de fazer a transferência “fundo a fundo”, a Conselheira Isabela
274 Campoi pede a palavra, cumprimenta a todas, se apresenta dizendo que é professora na
275 UNESPAR-Universidade Estadual de Paranavaí, também Presidente do Conselho Municipal
276 dos Direitos da Mulher de Paranavaí, fala que fica muito feliz com a criação do Fundo Estadual
277 dos Direitos da Mulher, que é muito bom ver esse “fruto colhido”, explica que o Conselho
278 Municipal de Paranavaí não possui ainda o fundo então gostaria de saber se existe alguma
279 outra forma de acesso a um fundo, por exemplo, proveniente do Escritório Regional de
280 Paranavaí para poder ter acesso a esses recursos, fala que os Conselhos Municipais precisam
281 talvez de uma cartilha de orientação para estimular que implementem o banco de projetos
282 citado pelo Diretor Diego, porque sem projeto não se consegue acessar nenhum tipo de
283 recurso, finaliza dizendo que ficou muito feliz e entusiasmada, porém fica preocupada com os
284 Conselhos que não tem estrutura, não tem fundo, então talvez uma outra linha de acesso
285 através da própria Secretaria de Estado da Mulher, o Diretor Diego fala que a Secretaria da
286 Mulher vai se movimentar de fato para sensibilizar os gestores juntamente com os Conselhos
287 Municipais para que sejam criados os fundos, o que parte do poder executivo, por exemplo, se
288 um vereador demandar isso, haverá um vício de iniciativa, a sensibilização vai ser feita para
289 demonstrar que a partir do momento em que o Fundo Estadual foi criado o Município precisa de
290 fato criar o seu fundo para que possa viabilizar recursos, se o gestor tem interesse em praticar
291 políticas para a mulher, além do orçamento dele ele vai poder contar com o recurso do
292 orçamento do Estado, com o processo “fundo a fundo” que desburocratiza o tornando mais ágil,
293 a Conselheira Maria Isabel pede a palavra e diz que gostaria de propor que depois que o
294 processo do Fundo estiver pronto para funcionar, que esse Conselho encaminhe uma
295 correspondência para os Conselhos Municipais dizendo da criação desse fundo e do seu
296 funcionamento, diz que tem Conselhos que já foram criados com o fundo, que a Secretaria da
297 Mulher vai ter que fazer um levantamento de quais tem, quais não tem e se está na forma legal,
298 a Presidente Mariana sugere que essa demanda de acompanhamento, monitoramento do
299 fundo, pode ser passada para a Comissão de Planejamento, de Legislação e Normas e de
300 Comunicação, ambas integradas, dando sequência aos informes da Secretaria da Mulher
301 Mariana passa a palavra para a Conselheira Larissa que também é a Coordenadora de
302 Fomento ao Protagonismo Feminino que trará o informe da ação dos ônibus lilás para que o
303 Conselho tenha conhecimento dessa iniciativa e que se possa também dialogar sobre isso,
304 Larissa compartilha slides em tela e inicia a apresentação dizendo que o ônibus lilás voltou a
305 funcionar durante o mês de março e que o mesmo visitou 12 municípios com um total de
306 público identificado de 608 pessoas, público esse identificado pelas fichas instrumentais,
307 formulários preenchidos, os municípios visitados pelo ônibus foram Cambira, Mauá da Serra,
308 Nova Itacolomi, Jandaia do Sul, Ortigueira, Rio Bom, Imbaú, Arapongas, Saudade do Iguacu,

311 Chopinzinho, Pinhais e Colombo, percorrendo 2.958,2 km ao todo durante o mês, a respeito
312 das atividades e serviços prestados, a partir dos relatórios entregues, os municípios informaram
313 3 rodas de conversa, 2 feiras de serviço, 10 municípios prestaram atendimentos diretos a
314 população, 10 municípios prestararam orientações, e ainda 4 municípios informaram que
315 desenvolveram outros tipos de serviços ou atividades, fala que o público foi predominantemente
316 de mulheres urbanas, sendo que 11 municípios informaram terem atendido esse público
317 enquanto apenas 3 declararam atender mulheres do campo, segundo os formulários foram
318 prestados 27 atendimentos específicos, quanto aos tipos de violência relatados nos
319 atendimentos, 9 municípios receberam relatos sobre violência emocional, 5 municípios
320 receberam relatos de violência física, 3 receberam relatos de violência patrimonial, 5 a respeito
321 de violência moral e apenas 1 sobre violência sexual, fala que a maioria dos municípios
322 dispuseram de uma equipe padrão, contendo Advogada, Assistente Social e Psicóloga, porém
323 tem alguns municípios que também disponibilizam equipe, com técnica em enfermagem,
324 educadora e pedagoga, fala agora sobre os “feedbacks” que foram destacados, quando
325 perguntados se foram atingidos os objetivos com a ida da unidade móvel, no geral todos os
326 municípios responderam que sim e exemplificaram as ações prestadas, como divulgação da
327 rede de atenção a mulher, divulgação de materiais, orientações específicas as mulheres e
328 fortalecimento de ações do município voltadas a política para mulheres, apenas o município de
329 Embaú relatou que não foi possível atingir os objetivos desejados, devido ao pouco tempo que
330 tiveram para divulgação da ida da unidade móvel, mostra agora algumas fotos dos eventos com
331 o ônibus nas cidades já citadas, finaliza dizendo que entende que o programa ônibus lilás
332 precisa de um aprimoramento, precisa ser reorganizado, a proposta seria ir aprofundando para
333 que os municípios possam ter uma metodologia, ter ofertas mais específicas e cada vez mais
334 qualificadas, que esse processo orientativo de garantir a promoção de direitos chegue a
335 população de fato, diz que sempre trará os informes do panorama da unidade móvel ônibus lilás
336 para que todas possam estar acompanhando, finaliza dizendo que fica a disposição para
337 comentários ou dúvidas, não tendo nenhuma manifestação de fala a Presidente Mariana faz o
338 último informe da Secretaria da Mulher, diz que gostaria de apresentar e divulgar nesse
339 Conselho o anúncio do Governador Ratinho Júnior no último dia 21 de março de um pacote de
340 10 medidas que serão adotadas pelo Governo, uma campanha que foi desenvolvida e lançada
341 também por ocasião do Dia da Mulher, que se denomina Mulheres por um Paraná sem
342 Violência, apresenta então em tela a medida número 1 que é a criação do “Canal de Denúncia
343 da Ouvidoria da Mulher”, fala que, por exemplo, se hoje uma servidora pública do Estado do
344 Paraná, sofrer qualquer tipo de assédio moral, sexual ou de qualquer natureza, ela pode ter um
345 canal específico para a mulher; a medida número 2 que é a “Agilidade no Encaminhamento dos
346 Processos de Denúncia”, com a nova regra que estabelece um limite máximo de 2 semanas
347 sem possibilidade de prorrogação de prazo, para a Ouvidoria processar a denúncia que pode
348 gerar abertura de sindicância ou PAD-Processo Administrativo Disciplinar, fala que o prazo era
349 de 30 dias, podendo ser prorrogado para até 60 dias, então essa medida é muito inovadora e
350 não existe em nenhum Estado do Brasil; a medida número 3 que é “Criação da Comissão
351 Especializada para a Condução de Processos”, para apurar denúncias de violências cometidas
352 contra servidoras no ambiente de trabalho; a medida número 4 que é a disponibilização da
353 “Sala de Escuta Especializada” para atender servidoras vítimas de violência no ambiente de
354 trabalho, com equipe composta totalmente por mulheres; medida número 5 que é a da
355 “Comunicação” que consiste da ampla campanha de endomarketing para divulgação do canal
356 da Ouvidoria; a medida número 6 que é a da “Educação” com um programa de ação continuada
357 para prevenção da discriminação e das formas de violência contra a mulher no ambiente de
358 trabalho; a medida número 7 que é a de “Prestadores de Serviços” que consiste em estender o
359 programa da educação a prestadoras de serviços terceirizados, ou seja, incentivar empresas
360 com contratos vigentes com o Governo a adotarem programas que protejam as mulheres de
361 violência no ambiente de trabalho; a medida número 8 que é a de “Novos Contratos” que
362 consiste da inovação no critério de desempate para novas licitações, ou seja, preferência por
363 empresas que desenvolvam programas de equidade entre homens e mulheres; a medida
364 número 9 que é a do “Ambiente Seguro” que consiste na implantação da sala de aleitamento
365 materno para atender as servidoras lactantes e por fim a medida número 10 que é a de
366 “Mulheres na Liderança” que consiste no programa de aceleração de liderança feminina para
367 servidoras públicas estaduais, finaliza dizendo que essas foram as medidas anunciadas pelo
368 Governador e que vão se desdobrar em várias outras ações junto ao Governo do Estado, a
369 Conselheira Fernanda Queiroz pede a palavra, se apresenta dizendo que é representante da
370 FM/PR-Federação das Mulheres do Paraná, que gostaria de perguntar sobre a questão do item

373 9 que trata do aleitamento, se as os bebês das servidoras terão um espaço para ficar no
374 ambiente de trabalho das mesmas, se tem creche, a Conselheira Carolina da SESA pede a
375 palavra e diz que o Ministério da Saúde tem uma política nacional de aleitamento materno,
376 dentro dessa política tem algumas estratégias, uma delas é a chamada MTA-mãe trabalhadora
377 que amamenta, por exemplo se a empresa possui várias profissionais em idade fértil que
378 podem engravidar então a sala de aleitamento é implantada, com poltrona, geladeira, ar
379 condicionado, pia, essa sala serve para amamentar e também possui dispositivos para esgotar,
380 retirar o leite e armazenar o mesmo, ou trazer a criança quando é possível, quando a família
381 pode trazer a criança para a mãe, porém a empresa não está condicionada a ter um espaço de
382 creche e cuidador para receber as crianças, para isso acontecer tem outras legislações
383 específicas que se somam, não tendo mais nada a tratar a Presidente Mariana passa para o
384 próximo ponto da pauta; item seis; **6) Apresentação da Deputada Cloara Pinheiro, nova
385 representante da Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa do Paraná –
386 ALEP;** A Presidente Mariana apresenta a Deputada Estadual Cloara Pinheiro que é a nova
387 representante da Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa do Paraná, a
388 deputada Cloara deseja uma boa tarde a todas, pede desculpas pelo atraso pois estava
389 aguardando para conversar com o Governador sobre a Exposição que vai acontecer em
390 Londrina, a EXPOLONDRINA, e ela estava convidando o Governador para participar desse
391 evento, fala que é um prazer estar na reunião desse Conselho, se apresenta dizendo que é
392 Assistente Social de profissão, que tem dezessete anos de Serviço Social, conta que perdeu a
393 sua filha de 5 anos para o câncer, que ela faleceu com retinoblastoma, o que a tornou uma
394 mulher muito mais forte, que tem vinte cinco anos de TV, que durante todo esse tempo que
395 trabalhou na TV falavam sobre empreendedorismo, falavam sobre a mulher em todos os
396 sentidos, fala que na Assembleia tomou posse no dia primeiro de janeiro e oito dias depois já foi
397 convidada para ser Procuradora da Mulher, que fez questão de continuar com a coordenadora
398 Alessandra Abraão que é uma super advogada, fala que participou através da FECOMERCIO
399 de um evento em que estavam presentes mais de 1.200 mulheres e muitas querem abrir
400 Procuradoria da Mulher, que ficou muito feliz com esse fato, conta que foi juntamente com as
401 mulheres da SEMEC-Secretaria Municipal da Educação e Cultura, que no Paraná existem 22
402 SEMECs, existem 113 Procuradorias da Mulher mas querem implantar em todos os 399
403 municípios do Estado, fala que acabou de receber do Governador a confirmação de que irão
404 implantar a Procuradoria da Mulher em Londrina, cidade essa que tem seiscentos mil habitantes
405 e tem dados de que desde o ano de 2019 ocorreram centenas de casos de violência contra a
406 mulher em Londrina, diz que quando fala da violência contra a mulher, falam em todos os
407 sentidos, violência física, moral, conta que há dez anos atrás direcionaram comentários
408 ofensivos a ela e na época não imaginou que era uma violência, pois não tinha noção dessas
409 violências, fala que é movida a desafios, sempre foi movida a desafios, que hoje existem 10
410 deputadas mulheres na ALEP/PR, que é o dobro do ano passado e que é um equipe muito
411 bonita com todas engajadas, volta a falar sobre as agressões físicas, sexuais, psicológicas e
412 patrimoniais, que de fevereiro até agora 87% dos atendimentos foram solicitados a Procuradoria
413 por meio do número 4133504030, que alguns atendimentos são feitos diretamente na sala da
414 procuradoria no terceiro andar da ALEP, mas todos os atendimentos que são realizados pela
415 procuradoria são encaminhados para setores competentes que vão solucionar os problemas,
416 grande parte da chamadas recebidas foram motivadas por violência doméstica e a maioria
417 vindas de mulheres do interior do Estado, fala agora que esse mês é o mês do autismo e
418 conseguiram uma parceira muito legal com o SESC/SENAC para atender as mães de crianças
419 autistas que sofreram algum tipo de violência, como a culpabilização pela condição da criança,
420 então fala que a procuradoria da Mulher irá atender as mães no dia 11 de abril, um dia de
421 carinho, cuidar de quem cuida já é um começo, irão atender trinta mães aqui na cidade de
422 Curitiba e trinta mães na cidade de Londrina, e vai ficar para o calendário do SESC/SENAC,
423 mas também estão conversando com eles sobre a questão de que muitas mulheres que são
424 violentadas acabam voltando para situações de violência porque não tem um emprego fixo, não
425 tem um curso, então em primeira mão já conta que irão fazer uma parceria com o
426 SESC/SENAC para essas mulheres em situação de vulnerabilidade, que precisam de ajuda,
427 que isso é um projeto enorme que vai acontecer, ainda está no papel mas já foi aprovado e
428 trará detalhes para esse Conselho, diz que a Procuradoria Especial da Mulher da ALEP está a
429 disposição, que podem contar com ela e com a sua equipe, todas as mulheres, de todos os
430 partidos, de todos os lugares, agradece a fala, convida para que a visitem, que seu gabinete na
431 ALEP é o de número 502 e finaliza desejando uma tarde maravilhosa a todas, a Presidente
432 Mariana agradece a presença da deputada, diz que gostaria de, enquanto Conselho, fazer um

435 trabalho conjunto com a ALEP, porque o Conselho também é deliberativo e que a Deputada
436 Cloara tenha esse Conselho como um espaço de divulgação das agendas legislativas pois é um
437 espaço democrático, que tenha o suporte e apoio tanto das representantes da Sociedade Civil
438 como das Governamentais, finalizando essa pauta fala que gostaria de registrar nessa reunião
439 a presença da Secretária de Estado da Mulher e Igualdade Racial, a deputada Federal Leandre
440 Dal Ponte, que a mesma fará uma rápida saudação pois está com uma agenda extensa e passa
441 a palavra, a Secretária Leandre deseja uma boa tarde a todas e quer cumprimentá-las em nome
442 da Mariana Neris a nova Presidente desse Conselho, também cumprimenta e agradece a Vice
443 Presidente Maria Isabel por todo suporte que tem dado para o Conselho compreendendo esse
444 período de transição, ajudando nos encaminhamentos, diz que tem certeza que isso irá ficar
445 cada dia mais forte, essa parceira das representantes da Sociedade Civil com as
446 representantes Governamentais, para poder em conjunto desenvolver a tão importante pauta da
447 política para mulheres, cumprimenta também a Procuradora da Mulher da Assembleia
448 Legislativa deputada Cloara, que ela seja bem vinda a esse Conselho e que tem certeza que
449 ela será uma grande parceira do Conselho, conta que já teve a oportunidade de ser
450 Procuradora da Mulher na Câmara dos Deputados e trouxe essa iniciativa para o Paraná,
451 porque sabe que a Procuradoria é mais um instrumento que tem para produzir em especial aos
452 municípios que é onde precisam fazer a política da mulher chegar, é um instrumento na rede de
453 proteção porque muitas vezes tem municípios que sequer tem uma delegacia, tem apenas
454 agente de segurança, tem somente a Procuradoria da Mulher na Câmara de Vereadores, então
455 a Câmara de Vereadores pode ser esse instrumento para apoiar os Conselhos Municipais dos
456 Direitos da Mulher de cada município, apoiar a administração pública e formular as políticas
457 públicas, mas também ser a instância de fiscalização para que as políticas possam realmente
458 estar sendo desenvolvidas, fala que fica feliz em ver tantas pessoas hoje nessa reunião do
459 Conselho, que gostaria de saudar aquelas que acompanham de forma virtual, mas espera que
460 em bem pouco tempo já estejam com tudo organizado para que as reuniões possam ser
461 exclusivamente presenciais, porque essa troca presencial é muito rica e tem certeza que podem
462 recolher muitas informações, muitas deliberações para que se possa avançar, não que de forma
463 virtual não consigam, mas tem certeza que esse encontro faz bem para todos, para democracia
464 e principalmente para as políticas públicas, agradece todas as Conselheiras pelo trabalho
465 desempenhado até aqui, deseja uma boa sorte a nova Presidente Mariana, diz que ela tem uma
466 grande capacidade para estar assumindo este papel, uma grande disponibilidade de diálogo e é
467 isso o que querem, querem poder aprimorar ainda mais o diálogo entre Estado e Sociedade
468 Civil, finaliza sua fala dizendo que fica muito feliz de compartilhar a esse Conselho boas notícias
469 que vão tendo, que ainda tem um caminho longo pela frente, um plano estadual para cumprir,
470 que ele é uma meta que querem alcançar, mas para isso precisam todos os dias trabalhar para
471 que isso se efetive, deseja uma boa tarde a todas e uma boa reunião de trabalho, a Presidente
472 Mariana agradece a Secretária Leandre, agradece a deputada Cloara e também a Vice
473 Presidente Maria Isabel e faz o pedido para que façam uma fotografia oficial para registrar esse
474 momento histórico da primeira visita da Procuradora Especial da Mulher, então todas se
475 reuniram e fizeram a fotografia, não tendo mais nada a tratar a Presidente Mariana passa para
476 o próximo ponto da pauta; item sete; **7) Apresentação da APP Sindicato – Impactos da
477 plataformação na autonomia pedagógica e Piso Salarial Nacional como valorização das
478 Trabalhadoras da Educação;** A Colaboradora Walkiria Mazeto presidente da APP Sindicato
479 pede a palavra, cumprimenta a todas, agradece o acolhimento da pauta, fala que também estão
480 presentes a Titular Margleyse e Suplente Marcia que representam a APP nesse Conselho, explica
481 rapidamente que a APP é o Sindicato dos trabalhadores da educação básica das mais de 2.200
482 escolas da rede estadual, que a APP representa tanto as professoras(es) quanto as
483 funcionárias(os) da educação, fala que dos 399 municípios que existem no Paraná a APP
484 representa sindicalmente 210 municípios em negociação frente as prefeituras e que então APP
485 tem uma abrangência grande de atuação sindical nessa área da educação a qual é uma profissão
486 predominantemente feminina, sendo 75% profissionais do sexo feminino na rede estadual e 95%
487 na rede municipal, sendo esse universo feminino as diretoras, professoras, pedagogas,
488 funcionárias, estudantes, fala também que as situações de violência com as estudantes são
489 atendidas pela escola, que é muito comum receber cotidianamente as denúncias de estudantes
490 do sexo feminino que passam ou passaram por situações de violência, por isso a importância de
491 se ter um trabalho conjunto para além da pauta sindical sendo que a APP sindicato tem um
492 programa de formação que se alia a esse desafio, de como trabalhar com as professoras e
493 funcionárias essas pautas de violência contra a mulher, de gênero, de igualdade racial, diz que
494 nesse sentido traz para esse Conselho duas pautas, a primeira é a do Piso Salarial Nacional que

497 é a da valorização, conta que atualmente entre todas as Secretarias do Estado, a Secretaria de
498 educação básica é a que tem os menores salários, isso gera uma preocupação por ser uma
499 categoria predominantemente feminina, então existe ainda uma compreensão de que o salário da
500 mulher, professora ou funcionária é para complementar a renda familiar, cita o fato de que alguns
501 dos Governadores anteriores do Paraná chegaram a dizer que as professoras não ganhavam
502 mal, que elas eram “mal casadas”, diz que nesse sentido ela traz para esse Conselho o informe
503 do evento Luta Nacional que ocorrerá no dia 26 de abril, luta pela valorização da carreira desses
504 servidores porque se no ensino superior esse quadro de mulheres é menor, na educação básica
505 o número predominante é de mulheres, então a renda dessas mulheres é de extrema
506 importancia, fala que gostaria de deixar registrado para esse Conselho que para além das
507 professoras que atualmente são contempladas pelo piso salarial nacional que o Estado aplica,
508 porém não em conformidade com a lei, também uma luta maior que é com relação aos
509 funcionários de escola, sendo a grande maioria mulheres, que tem como exigência para ingresso
510 no trabalho o ensino fundamental, que são as da limpeza, asseio, merenda, as quais tem como
511 salário inicial atual de R\$1.067,00 ao mês, sendo esse valor menor que o salário mínimo
512 nacional, assim como as funcionárias que tem como exigência para ingresso no trabalho o ensino
513 médio, as quais tem um salário inicial de R\$1.600,00 ao mês e o salário mínimo regional no
514 Paraná é de R\$1.700,00 ao mês, diz que o Estado do Paraná extinguiu as carreiras, não existe
515 mais concurso para ingresso nos cargos para limpeza, merenda então tem terceirizado esses
516 serviços, sendo que esses funcionários terceirizados ficam em condições ainda piores, quando
517 dos descontos sofridos ficam com um salário líquido em torno de R\$800,00 ou R\$700,00 para
518 uma jornada semanal de 40 horas, e R\$400,00 para uma jornada de 20 horas, finaliza falando
519 que foram até o Ministério Público do Trabalho para promover uma denúncia das condições de
520 trabalho, pois não é a APP Sindicato que representa legalmente as trabalhadoras terceirizadas,
521 que é um outro sindicato, e quando uma dessas trabalhadoras faz alguma denúncia ela é
522 dispensada por essa empresa terceirizada, algumas foram obrigadas a assinar um documento
523 abrindo mão de receber o auxílio transporte do contrário não seriam contratadas, são várias as
524 violações dos direitos dessas trabalhadoras e encerra a sua fala dizendo que traz a esse
525 Conselho essa preocupação, que irão formalizar um documento a esse Conselho principalmente
526 com relação a situação das servidoras da área da educação, das professoras, das funcionárias e
527 terceirizadas e agradece pela oportunidade de estar com essa pauta nessa reunião, a
528 Colaboradora Vanda Santana Secretária Executiva Educacional da APP Sindicato pede a
529 palavra, cumprimenta a todas, inicia a sua fala dizendo que junto a essa questão salarial
530 trazida por Walkiria quer trazer também sobre as condições de trabalho das professoras, diz
531 que o organograma da escola é diretora, pedagogas e professoras, que com a pandemia no
532 ano de 2020 todas foram colocadas em trabalho remoto e muitas aprenderam a trabalhar nas
533 plataformas virtuais, digitais, coisa que nunca tinham feito antes, a partir daí, da necessidade
534 das aulas remotas a Secretaria de Estado da Educação fez um aprofundamento na implantação
535 de plataformas digitais nas disciplinas e também na gestão pedagógica da escola, diz que
536 atualmente existe uma série de plataformas tais como, para fazer redação, para aulas de inglês,
537 aula de robótica, pensamento computacional, programação e uma outra plataforma que é para
538 fazer atividades de tarefa de casa, diz que essas plataformas são inevitáveis devido ao
539 desenvolvimento tecnológico atual, mundo virtual e que não tem volta, no entanto há o impacto
540 do uso dessas plataformas na vida das mulheres, muito mais do que na dos homens, pois as
541 plataformas exigem a presença das mães junto as crianças porque infelizmente quem fica com
542 incumbida de auxiliar os filhos nessas tarefas escolares são as mulheres, por exemplo crianças
543 com autismo ou com outras necessidades educacionais, precisam de mais atenção e esse fator
544 sobrecarrega em sua grande maioria a mulher, então existe a preocupação de que as crianças
545 também necessitam de um acompanhamento especializado com essas plataformas e essa
546 necessidade tem se intensificado, também a preocupação é a de que isso pode trazer uma
547 exclusão educacional e até o adoecimento, fala que hoje tem no Estado profissionais
548 especializados para o atendimento na escola, o agente de apoio a essas crianças, que então
549 toda essa tecnologia é benéfica mas ela também está gerando muitas demandas que estão
550 impactando nas mulheres, pois a professora de hoje em dia também precisa de mais estudo, de
551 mais tempo de conhecimento para usar essas plataformas e isso extrapola a sua jornada de
552 trabalho, e diz que tem um outro aspecto que é da substituição do trabalho docente, pois como
553 muitas dessas plataformas trazem as aulas prontas, não há necessidade de se ter professoras
554 formadas, então diz que estão enfrentando isso com o novo modelo do ensino médio, por isso
555 que está em debate no Paraná e em todo o Brasil a revogação desse novo modelo de ensino
556 médio implementado, no Paraná foi implementado no ano passado, diz que existe o consenso

559 de que se precisa de um ensino médio melhor, porém o modelo que está hoje trabalha com
560 disciplinas as quais as professoras não tem a formação acadêmica, por exemplo, professoras
561 de matemática estão trabalhando com robótica, pega a aula de robótica para ministrar porque
562 precisa completar a sua carga horária, explica que no concurso público que o Governo do
563 Estado lançou, não tem concurso público para essas disciplinas, tem somente para disciplinas
564 tradicionais as quais existem formação acadêmica e isso vai gerar a extinção de professoras, o
565 que é uma coisa muito séria, pois qualquer um pode pegar essas aulas para ministrar, que é o
566 chamado “notório saber”, que está previsto na legislação do novo ensino médio, assim como
567 também está previsto que pode se ter de 20% a 40% de aulas a distancia, portanto o que esse
568 modelo de ensino médio vem trazendo, que vem atrelado com as plataformas vai precarizando
569 o ensino, então quer deixar na reunião desse Conselho o desafio para todas conversarem com
570 estudantes do novo ensino médio e perguntarem como estão as aulas, diz que por exemplo, ela
571 é professora de história e quando acessa plataforma a aula está pronta, feita por outra pessoa,
572 ela somente reproduz a aula e ao final ela lança outra plataforma para o estudante fazer as
573 atividades que também já foram elaboradas por outra pessoa, que vale nota, e assim é o
574 processo, vai encerrando a sua fala dizendo que as plataformas não podem ser responsáveis
575 pelo afastamento, pela desumanização das relações na educação e pelo aumento da
576 sobrecarga de trabalho das professoras, diz que a APP Sindicato vai realizar no mês de maio
577 um seminário sobre esse tema e no mesmo irão levar para a Secretaria da Educação propostas
578 para que haja um melhor uso das plataformas, que o uso não sobrecarregue as professoras,
579 que seja de fato uma tecnologia que esteja a favor da construção de um conhecimento
580 emancipatório, que possibilite que essa geração de estudantes chegue a universidade para que
581 sejam profissionais bem formadas, então finaliza dizendo que gostaria de pedir o apoio desse
582 Conselho e também para que acompanhem esse debate sobre a revogação do novo ensino
583 médio no Brasil, debate esse atrelado as plataformas educacionais, a profissão professora que
584 está em risco, mas sobretudo pela educação humanizadora, finaliza sua fala agradecendo pelo
585 espaço nessa reunião e dizendo que fica a disposição, a Conselheira Silvana Rausis pede a
586 palavra, cumprimenta todas e diz que aproveitando a exposição das relações escola, aluno e
587 plataforma quer falar sobre uma outra referência que é a da criança com fome, a maioria das
588 crianças vulneráveis tem na escola o seu único alimento diário, conta que a filha dela
589 presenciou em uma escola no litoral do Paraná uma criança chorando pedindo uma maçã para
590 levar para a sua mãe e não foi autorizada a levar, ou seja, atitudes radicais, então pensa que o
591 movimento da Secretaria de Educação juntamente com outras Secretarias de Estado deve ser
592 intenso nessa questão, pois se a criança quer uma maçã e está sobrando porque depois vai
593 para o lixo, então permitir que a criança leve a maçã, a fome no País é muito grande, essa é
594 uma realidade e por isso coloca essa questão da merenda escolar porque ela é hoje o esteio
595 das crianças que estão na escola, a Conselheira Rosalina Batista pede a palavra, parabeniza a
596 apresentação da APP Sindicato, diz que gostaria de comentar sobre a questão da lista de
597 presença das aulas, quando da aula no formato virtual o professor fotografa o rosto do aluno e
598 as vezes dependendo da posição do mesmo a foto não fica registrada e ele recebe falta, fala
599 que os estudantes que não se adequam a essa realidade da plataforma virtual e as mães
600 que precisam auxiliar os filhos, ficam com um grande prejuízo, a Colaboradora Vanda da APP
601 pede a palavra para falar a respeito da lista de presença dos alunos, diz que o Estado tem
602 atualmente a chamada dos estudantes feita por um equipamento chamado Educatron ou feita
603 pelo celular dos professores através de um aplicativo chamado Registro de Classe Online, que
604 no momento a Secretaria de Estado da Educação está implantando um novo sistema que é o
605 do reconhecimento facial, o qual a Conselheira Rosalina citou, quando a professora pega o seu
606 celular, faz uma foto da sala de aula, essa imagem vai para um sistema, uma nuvem, e fica
607 registrado os pixels, que cada um de nós tem um código, então sempre que é feita essa foto,
608 esse sistema automaticamente registra a presença do estudante, fala que aí começam os
609 problemas porque as vezes o foco não foi suficiente, a sala é grande, alguns estudantes
610 colocam a mão no rosto, se abaixam, então esse sistema de reconhecimento facial acaba as
611 vezes gerando a ausência dos estudantes na lista de presença, a Conselheira Carmen Ribeiro
612 pede a palavra, cumprimenta todas, diz que gostaria de fazer uma colocação com relação a
613 devastação na educação causada pela pandemia, conta que faz um trabalho voluntário de
614 reforço escolar em uma escola de Curitiba, que fica muito angustiada com essas
615 transformações radicais na educação, que fazer essas transformações fica muito difícil sem
616 antes entender qual é a base da educação atual, ou seja, pensa que deve se fazer propostas
617 muito mais voltadas ao ensino integral, a permanência da criança na escola, ao reforço escolar,
618 para tentar vencer essas dificuldades causadas pela pandemia e sabe-se que não vai ser em

621 três meses ou um ano que vai se vencer, então gostaria de fazer esse depoimento no sentido
622 de reforçar essa preocupação que a APP está trazendo e também no sentido das questões das
623 condições de trabalho fala que ficou muito surpresa ao ver as matérias, reportagens que tem
624 sido divulgadas sobre as novas modalidades de trabalho escravo, em grandes empresas de
625 renome dentro do estado do Paraná e que isso merece um olhar, diz que a App levantou uma
626 situação importante que esse Conselho não pode fazer de conta que não ouviu, então levanta a
627 necessidade de aprofundar esses dados trazidos pela APP, pois um trabalho com salário de
628 \$400,00 aproxima-se ao da escravidão, diz que seria isso que teria a acrescentar e finaliza
629 parabenizando a Secretária Leandre e a Secretaria da Mulher pelo trabalho técnico, de
630 qualidade, pelas propostas trazidas e pela condução da reunião, ficando muito grata por ver
631 como melhorou o nível de discussão da reunião do Conselho com essa gestão, a Conselheira
632 Larissa Marsolik pede a palavra e diz que acolhe as falas das colegas da APP Sindicato e
633 demais Conselheiras que já se manifestaram, pensa que uma pauta como a trazida pela APP
634 acaba se abrindo em vários pontos específicos, tais como, qualificação da educação, impactos
635 da plataforma na autonomia pedagógica, piso salarial como valorização, equidade salarial
636 relacionada ao gênero, questão das listas de presença nas escolas, questão da segurança ou
637 insegurança alimentar e questão dos aprofundamentos dos impactos dos processos posteriores
638 a pandemia, então são vários pontos que permitem possibilidades de estratégias que esse
639 Conselho pode adotar de posicionamento a partir do plano e das construções, fala que gostaria
640 de deixar registrado a ausência nessa reunião das Conselheiras da Secretaria de Estado da
641 Educação, que não estão presentes para se posicionar, pensa que é necessário um
642 aprofundamento dessa pauta para que volte a ser discutida na próxima reunião, finaliza sua fala
643 com a sugestão de fazer um aprofundamento dessa pauta com reuniões das Comissões desse
644 Conselho e que as Conselheiras da Secretaria de Estado da Educação possam também se
645 manifestar com algum relato pois talvez já tenham algum estudo a respeito, que possa ajudar a
646 tomar qualquer medida enquanto Conselho, a Presidente Mariana fala que gostaria de fazer um
647 pedido para a APP Sindicato enviar um documento por escrito contendo esses relatos
648 apresentados e se for possível, se a Vice Presidente Maria Isabel concordar, poderia submeter
649 a Comissão de Trabalho e Autonomia nesse primeiro momento para aprofundar esse debate e
650 então na sequência em se desenrolando outras ações para outras Comissões pode ir
651 ampliando esse debate para já ter alguns encaminhamentos mais concretos, a Conselheira
652 Isabela Campoi pede a palavra e fala sobre a questão da terceirização de profissionais, que a
653 terceirização é sinônimo da precarização, que como a Conselheira Carmen citou as grandes
654 empresas que foram recentemente divulgadas com trabalho análogo a escravidão, sabe-se que
655 as mesmas acabam colocando a culpa nas empresas terceirizadas, ou seja, dizem que
656 contrataram a terceirizada e a mesma que colocou a situação dessa forma, mas nas escolas as
657 empresas terceirizadas são contratadas pelo Estado do Paraná, pelo poder público e isso fica
658 muito complicado porque se tem um salário mínimo regional já estipulado e a empresa
659 terceirizada não paga esse salário estipulado isso é uma coisa muito errada, então pensa que
660 podem cobrar da Secretaria de Estado da Educação, apresentando o documento que da APP
661 Sindicato que demonstra esse levantamento de dados salariais e finaliza dizendo que se essa
662 terceirização é uma prerrogativa do Estado então que haja um cuidado, na questão contratual e
663 na licitação, a Conselheira Benedita dos Santos pede a palavra cumprimenta todas, fala que na
664 CUT-Central Única dos Trabalhadores entidade a qual representa, elas tiveram uma conversa
665 com diretoras e professoras do Estado, e em relação a plataforma diz que isso vem
666 contrariar a liberdade e autonomia da educação, que existe a Lei de Cátedra que dá autonomia
667 ao professor a preparar, a fazer seus próprios planos de aula, então pensa que é muito
668 importante que a APP apresente esse relatório de tudo o que vem contra ao que se defende em
669 relação a autonomia, liberdade e democracia, agradece e diz que fica a disposição, a
670 Conselheira Ivanete Xavier pede a palavra, cumprimenta a todas, se apresenta como
671 representante da RMN-Rede de Mulheres Negras do Paraná, fala que com relação a pauta da
672 APP diz que tem uma filha de 13 anos, que é aluna de rede pública, estuda em tempo integral,
673 das 8:30h as 17h, que tem todas as aulas de robótica, pensamento lógico, projeto de vida,
674 empreendedorismo e no entanto não tem aula de educação física, não tem atividade física, e
675 também tem a preocupação com o alimento que é oferecido na escola que não prove as
676 vitaminas necessárias, como é tempo integral, tem que se alimentar na escola, finaliza dizendo
677 que gostaria que a filha tivesse aula de educação física, aula de música e que pudesse escolher
678 que aulas das plataformas gostaria de fazer, a Presidente Mariana fala que tem mais dois
679 pontos de pauta para essa reunião de hoje e que devido ao horário já bastante avançado
680 gostaria de perguntar se manterão os pontos de pauta ou deixarão para a próxima reunião, as

683 Conselheiras concordam em deixar para a próxima reunião a pauta que trata das instalações do
684 setor maternidade e pronto socorro obstétrico do hospital universitário de Universidade Estadual
685 de Londrina, para que possam se aprofundar mais no assunto em reunião da Comissão de
686 Saúde e então trazer a pauta na próxima reunião desse Conselho, a Presidente Mariana pede
687 para que a Conselheira Larissa fale dos encaminhamentos da reunião de hoje além da
688 apresentação do ofício pela APP Sindicato, Larissa fala dos desdobramentos da pauta da APP
689 já sugeridos, tais como, impactos da plataformização na autonomia pedagógica, piso salarial
690 nacional como valorização das trabalhadoras na educação, equidade salarial relacionada ao
691 gênero, listas de presença/reconhecimento facial, segurança alimentar e nutricional, diz que são
692 esses os desdobramentos e gostaria de solicitar a presença das Conselheiras da Secretaria
693 Estadual da Educação participem da Comissão e reunião desse Conselho para um diálogo,
694 para prestar esclarecimentos sobre esses temas e superar essas questões, a Secretária
695 Executiva Maria Letícia pede a palavra para fazer alguns informes com relação aos ofícios
696 enviados e que a Conselheira Rosalina solicitou saber e fala que os ofícios Carta de apoio a
697 implantação da maternidade de alto risco no Hospital Universitário de Londrina foram todos
698 enviados conforme deliberação na reunião da Comissão de Saúde, enviados para o Conselho
699 Municipal dos Direitos da Mulher de Londrina, Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de
700 Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Secretaria da Mulher e Igualdade Racial,
701 Universidade Estadual de Londrina, Conselho Estadual da Saúde do Paraná, Assembleia
702 Legislativa do Estado do Paraná e que ainda não foram obtidas respostas desses ofícios, diz
703 que vai reiterar os ofícios para verificar uma resposta, pedir um prazo para a devolutiva e quem
704 sabe já terão uma resposta para estar debatendo na próxima reunião, não tendo mais nada a
705 tratar a Presidente Mariana passa para o próximo ponto da pauta; item oito; **8) Palavra da**
706 **Conselheiras;** A Conselheira Andreia Sanson Corat pede a palavra, cumprimenta a todas e diz
707 que é Conselheira Titular representante da SEJU- Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania,
708 fala que se coloca a disposição porque sua primeira formação é em pedagogia, que se sentiu
709 completamente envergonhada com todo o relato que foi trazido pela APP Sindicato, finaliza
710 dizendo que se disponibiliza para participar de Comissão desse Conselho como pedagoga e
711 como direitos humanos pela SEJU e agradece a todas, a Presidente Mariana agradece Andreia
712 e já pede para que ela participe como membro da Comissão de Trabalho e Autonomia, a Vice
713 Presidente Maria Isabel pede a palavra, desculpa-se por ter se ausentado por um momento da
714 reunião porque não estava se sentindo bem, adoentada, agradece a todas por esse período em
715 que esteve como Presidente Interina nesse Conselho, conta que tiveram uma reunião com a
716 Diretoria da SEMI, que achou muito importante essa reunião para a construção da pauta, para
717 que a mesma não fique muito extensa, para estipular duração de cada item de pauta e finaliza
718 desejando um excelente final de tarde a todas, a Colaboradora Kelly Letchakowski pede a
719 palavra, cumprimenta a todas, e diz que durante quatro anos esteve como Conselheira
720 Suplente nesse Conselho, porém agora vai se ausentar para cuidar do PPCAAM- Programa de
721 Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte e do PROVITA-Programa de
722 Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, que são dois Conselhos deliberativos que
723 exigem bastante, então se despede, agradece a todas as Conselheiras e diz que fica a
724 disposição, a Conselheira Rosalina pede a palavra e diz que como a deputada Cloara Pinheiro
725 citou a implantação da Procuradoria da Mulher de Londrina e ela como representante do
726 Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Londrina gostaria de saber a data, horário que
727 vai acontecer para divulgar e participar dessa inauguração, a Presidente Mariana fala que está
728 registrado o pedido de Rosalina, a Conselheira Marcia de Oliveira Neves da APP Sindicato
729 pede a palavra, agradece o acolhimento da pauta, e lembra também que dentro desses
730 desdobramentos da pauta tem os alunos de inclusão, conta o sobre o episódio ocorrido na
731 semana passada que foi da crise de ansiedade de um aluno autista, ocasionada justamente por
732 ele não conseguir fazer o preenchimento da plataforma, a família teve que ser acionada, então
733 trazem esse debate para preservar a autonomia da escola, das professoras na organização do
734 seu trabalho e a plataforma é apenas um suporte, quem determina o ritmo de sua aula deve ser
735 a professora, com uma relação humana, direta e dialética do ensino e aprendizagem, agradece
736 novamente pelo Conselho ter acolhido essa pauta e espera que possam avançar nesse debate,
737 para acabar com essa pressão, esse monitoramento de ter que preencher as plataformas,
738 processo esse que gera ansiedade e finaliza dizendo que com esses avanços nos debates todo
739 mundo se beneficiará, os estudantes, as famílias e as professoras, a Colaboradora Elisangela
740 Rocha pede a palavra fala que será nomeada como Conselheira Suplente representante da
741 Secretaria de Estado do Planejamento e que fica a disposição para participar da Comissão de
742 Planejamento e Orçamento nesse Conselho, na parte de mapeamento de processos, do que

743 precisa ser identificado nos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher para poder organizar
744 e localizar adequadamente as informações, a Presidente Mariana diz que aceita a oferta de
745 Elisangela, agradece a todas, fala que sai dessa reunião com o coração cheio de alegria, que
746 conta com todas para que se possa fazer um bom trabalho, espera que se consiga avançar
747 mesmo nessa garantia de direitos das mulheres e finaliza desejando a todas um bom final de
748 tarde, dando por encerrada a Reunião Ordinária. Esta ATA foi degravada por Sandra Cristina
749 Hey Paizani da Secretaria Executiva da SEMI, e será encaminhada as Conselheiras para
750 contribuições, depois de aprovada em reunião plenária será publicizada no site do CEDM/PR.

751

752

753

754

755

756

757

758

759

760

761

762

763

764

765

766

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER DO PARANÁ - CEDM/PR
Palácio das Araucárias - Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – Bairro Centro Cívico – Curitiba – Paraná
Cep. 80.530-915